



REPORTAGEM

**LUZ DEL FUEGO:  
TRAJETÓRIA E LIBERDADE  
DA MULHER QUE MARCOU  
ÉPOCA**

**A ESCRITA E  
PENSAMENTOS DAS  
MULHERES NA REVISTA  
“VIDA CAPIXABA”**

**O VOTO FEMININO E A  
CONQUISTA DE DIREITOS  
NA IMPRENSA CAPIXABA**

*Jória Motta Scolforo*

*Assessora de Comunicação do Arquivo Público do  
Estado do Espírito Santo  
Doutorando em História - UFES.*

A Primeira eleitora Brasileira, *Professora Julia Barbosa* no acto de seu alistamento eleitoral em Natal.



### Luz del Fuego: trajetória e liberdade da mulher que marcou época

“Justamente porque faço tudo o que tenho em mente, realizo as coisas que mais desejo, ponho em prática as teorias que julgo acertadas, é que me censuram. Tiro da vida o que ela pode me dar de bom, agradável e útil”. A citação é da capixaba Dora Vivacqua, a Luz del Fuego, na publicação “A Verdade Nua” na qual lança as bases das suas ideias sobre o naturismo. O impacto que suas atitudes causaram e ainda provocam legaram, muitas vezes, a sua história ao esquecimento. Uma parte dessa história pode ser vista no raro documentário “A Nativa Solitária”, de 1954, que faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

#### Vida e Polêmicas

“Amada pelo povo e odiada pelos moralistas, Luz descobriu na legenda do escândalo o caminho mais curto para a fama”, destacam Cristina Agostinho, Branca de Paula e Maria do Carmo Brandão, na bio-

grafia “Luz del Fuego: A Bailarina do Povo”. Nascida em Cachoeiro de Itapemirim, em uma tradicional família de políticos, Luz del Fuego – o nome adotado provém de uma marca de batom argentino - desde criança mostrava-se diferente ao não aceitar as imposições a ela direcionadas e emitia opiniões contundentes sobre o casamento, o divórcio e a liberdade da mulher em um período no qual, em muitos casos, o matrimônio e a maternidade eram tidos como a destinação natural feminina.

Encantou-se muito nova por um serpentário e teve a certeza de que um dia se apresentaria com cobras, o que realmente fez. A primeira delas foi uma jiboia encomendada a um fazendeiro mato-grossense. Mantinha-as como animais de estimação, soltas em sua casa, apesar de afirmar ter sofrido 120 mordidas. As suas aparições nos teatros e circos, inicialmente no Rio de Janeiro e depois em todo o país, causavam furor. A sua inspiração veio da leitura de um livro que trazia a história das mulheres da Macedônia que dançavam com serpentes enroladas.

“A primeira metade dos anos cinquenta foram os anos de Luz del Fuego. Todos conheciam a vedete

que enlouquecia o Brasil (...) e ocupava frequentemente as manchetes de jornais e revistas. Fosse nas seções de espetáculos, fosse nas páginas policiais, seu nome sempre estava lá. A exótica Luz del Fuego era garantia certa de bilheteria. Principalmente nos sábados à tarde, quando a plateia era composta, em sua maioria, de fuzileiros navais, estivadores, guardas-civis e pequenos funcionários (...). Suas apresentações levavam as galerias ao delírio”, destaca a biografia.

Junto com o sucesso vieram as perseguições por parte da censura e da polícia. “Acusada de atentado ao pudor, muitas vezes multada e submetida a interrogatórios em delegacias de costumes, Luz jamais se intimidava. Ia para as rádios e praças públicas denunciar as pressões sofridas”. Após intensa carreira nos palcos dedicou-se aos seus ideais naturistas. Para torná-los mais populares tentou fundar o “Partido Naturalista Brasileiro”, cujo slogan era “Menos roupa e mais pão. Nosso lema é ação”. A criação do partido e a sua candidatura a deputada não ocorreram, uma vez que a lista de assinatura perdeu-se em condições misteriosas que envolveram até um acidente aéreo. Aos 50 anos Luz del Fuego foi assassinada a pauladas, junto com o caseiro, por dois homens que ela havia denunciado à polícia por ações criminosas. Apesar das tentativas de silenciá-la – que incluíram duas internações em instituições psiquiátricas e a destruição dos exemplares do seu livro – ela atingiu o seu intento “(...) fazer-se lembrar mesmo após 50 anos”.

#### A Nativa Solitária

O documentário “A Nativa Solitária”, de 1954, no qual homens e mulheres dançam e brincam nus na Ilha do Sol, o primeiro clube naturista brasileiro fundado por Luz del Fuego, faz parte do acervo do Arquivo Público. O local tinha registro na Federação Internacional Naturalista da Alemanha e alcançou, em sua fase áurea, a marca de 240 sócios pagantes, entre eles governadores, ministros, militares de alta patente,



milionários, estrelas do cinema e turistas de todo o mundo, que só podiam permanecer na ilha se estivessem completamente sem roupa.

O filme foi localizado em estado de deterioração. Após ser restaurado foi encaminhado ao APEES para a sua guarda. É desconhecida a existência de alguma cópia do original, o que confere à obra uma grande relevância e raridade. Visando à ampliação do acesso e à preservação foi feita em 2016 a remasterização da película, a conversão para HD e o tratamento das imagens.

## A escrita e pensamentos das mulheres na revista “Vida Capichaba”

Atualmente, textos escritos e assinados por mulheres fazem parte do cotidiano no conteúdo veiculado pela imprensa. Porém, é importante considerar que no passado houve o esforço e a atuação das pioneiras na busca por espaço para a exposição das suas ideias. A revista “Vida Capichaba”, que faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e circulou nos anos de 1923 a 1954, foi a primeira a dar visibilidade a essas publicações. Nela, temas como a política e o direito ao voto foram abordados, proporcionando às intelectuais condições para expressarem as suas opiniões e fortalecerem uma posição crítica e autônoma.

Guilly Furtado Bandeira, Carolina Pickler, Haydée Nicolussi, Maria Antonieta Tatagiba, Lydia Besouchet, Hersila Valverde, dentre outras escritoras, utilizaram o impresso para adentrar em searas até então direcionadas apenas ao masculino, deixando de atuar somente nos ambientes prescritos – como mães, esposas e donas de casa – para se projetarem nos locais conquistados, entendidos como aqueles campos coibidos às mulheres, de maneira implícita ou declarada. Com isso, puderam de forma inédita, expor e publicar seus pensamentos, quanto ao que consideravam injustiças e cerceamento de suas convicções.

A poeta Maria Antonieta Tatagiba, por exemplo, que alcançou na década de 1920 um sucesso inimaginável para uma mulher escritora, em entrevista à revista em 1925, aborda: “Com ódio ou temor dizem, em frases cheias de mel, coisas, na verdade belas, mas sem efeito na vida real: a mulher é um manancial de nossa felicidade, é uma criatura quase divina, que não deve viver a não ser no ambiente puro da família, é um anjo, é uma deusa, é o sol de nossa vida. Tudo isso seria muito belo, agradaria à fantasia, entusiasmaria as almas sentimentais, mas não melhoraria a situação da mulher na sociedade”. Finalizando sua análise, Tatagiba argumenta: “Deixem que as mulheres lutem e trabalhem, nem todas

se casam, nem todas possuem um lar, nem todas se acham ao abrigo das necessidades, a essas que provem a subsistência com o labor das próprias mãos, o nosso carinho e o nosso respeito, porque enobrecem, exaltam as virtudes e elevam a dignidade”.

Dentre elas, destaca-se também, Lydia Besouchet. Em uma época na qual o matrimônio e a maternidade eram considerados, muitas vezes, a única destinação, ela se dispôs a refletir e criticar as condições de submissão e o desapontamento com a falta de articulação das brasileiras em prol de uma maior representatividade, o que ela considerava um direito legítimo. No artigo “Feminismo”, publicado em 1932, Lydia Besouchet aborda as ações do Governo para permitir o voto e constata, com tristeza e espanto, a apatia com a qual a novidade foi recebida.

Para ela, o direito ao pleito “correspondia a uma necessidade consciente, exigido por quem tem o direito de exigir”, porém no Brasil, o que ocorria, era um caso surpreendente, no qual as resoluções vinham de cima para baixo, seguindo as motivações internacionais, e não por pressões daquelas que deveriam reivindicar. Besouchet expõe a sua visão sobre o fato: “Votar!... A mulher brasileira vive ainda na pior das escravidões: aquela que desconhece a sua qualidade de escrava, ainda a ‘presa’ que nega ser propriedade do homem, ou a criada que se orgulha de servir ao seu amo ou senhor”. Suas opiniões fortes fizeram dela uma personalidade polêmica. Besouchet mudou-se para o Rio de Janeiro e teve significativa atuação política. Foi perseguida diversas vezes e a sua liberdade se sustentou em disfarces e esconderijos.

Em um dos artigos mais contundentes presentes na publicação, Guilly Furtado Bandeira, colaboradora recorrente do periódico, discorre, em 1931, sobre as suas angústias diante da naturalização da violência contra a mulher. Conforme declara: “Basta abrir, ao acaso, qualquer gazeta diária e, no escândalo garrafal dos versaletes da imprensa, nos deparamos com mais um ‘homem honesto’ a lavar a sua honra, essa decantada e esplendorosa honra, que para lavar, é preciso sujá-la com sangue”. Afirmando que somen-



te a própria mulher pode emancipar a mulher, Guilly argumenta sobre o fato dos seres humanos serem feitos dos mesmos agregados de moléculas, cartilagens e ossos e devem, portanto, se complementar, e não se imporem uns sobre os outros. “A mulher começa a esclarecer-se. Desdobra-lhe, enfim, depois de se haver conservado a vida embrionária de semente, durante séculos, na eclosão esplendida da consciência, firme e integral do espírito” ressalta.

## O voto feminino e a conquista de direitos na imprensa capixaba

No dia 8 de agosto de 1906 o “Jornal Oficial”, que circulava na cidade de Vitória, trazia a seguinte nota: “A campanha a favor do voto feminino aumenta de intensidade na Inglaterra, onde as damas que evocaram a si a direção do movimento decidiram abandonar a atitude passiva até aqui mantidas, para dar verdadeiras batalhas campais ao inimigo”. Trata-se da primeira menção na imprensa local sobre a luta das mulheres pela participação nas eleições, tema que gerou, posteriormente, debates calorosos. Parte dessa história pode ser conhecida e pesquisada nos periódicos do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Os meios de comunicação no Brasil participaram intensamente das discussões que envolveram o processo histórico de conquista ao voto, principalmente após o Estado do Rio Grande do Norte inserir na sua constituição o direito das mulheres à participação eleitoral. O jornal capixaba “O Diário da Manhã”, por exemplo, trazia em várias das suas edições informações sobre os trâmites legais e os posicionamentos dos legisladores sobre a causa. A publicação mostrava-se contrária às conquistas femininas: “Não se deve alimentar a menor parcela de admiração pelo advento oficial da mulher ao mundo político”, citava.

Na edição de 23 de dezembro de 1921, o periódico expunha as razões do deputado Heitor de Souza, que refutou na Câmara o pleito feminino. Segundo o redator, as palavras do parlamentar foram expostas com talento, elegância e elevado conceito. “Não se pode passar despercebido o brilhante parecer do deputado Heitor de Souza, líder da bancada do Espírito Santo sobre a questão do voto das mulheres. Questão que envolve graves interesses morais. Ela demanda e requer muita serenidade para ser resolvida pela profunda alteração que criaria nos nossos hábitos. Somos levados a reconhecer que o nível intelectual da mulher brasileira não está em condições de justificar medida de tão grande alcance social, que viria alterar



profundamente os costumes patriarcais da nossa família, convindo, esperar”, argumentou o articulista.

A matéria trazia ainda trechos do discurso proferido pelo político: “A educação difere para os dois sexos, as influências hereditárias têm por isso mesmo fixado no homem e na mulher aptidões correspondentes a sua finalidade social assim diferenciada. Fazer entrar hoje as mulheres na vida pública sem ter em conta esta bifurcação secular seria introduzir, sem nenhuma utilidade, elementos de perturbação da ordem das sociedades modernas já em demasia complicada por outros problemas”.

### As vozes das mulheres pelo direito ao voto

Rebatendo os discursos a elas direcionados, nos quais as suas aptidões eram constantemente questionadas, começaram a surgir na imprensa do Esta-



do, na década de 1930, os primeiros textos escritos e assinados por mulheres, tendo como principal espaço a revista “Vida Capichaba”, na qual o tema do voto feminino foi amplamente discutido. A historiadora Lívia Rangel afirma que essas escritoras - cujas ideias ousadas para a época chocaram e proporcionaram transformações - tinham em comum o modo atípico como desafiaram o contexto, contribuindo para a gradativa redefinição das relações de gênero, dentro da nova sociedade urbanizada e no interior da própria instituição familiar. Segundo Lívia, nas páginas da “Vida Capichaba”, as mulheres encontraram condições propícias para expressar as suas opiniões e fortalecer uma posição crítica e autônoma.

Dentre elas, destaca-se pela trajetória Lydia Besouchet. Em uma época na qual o matrimônio e a maternidade eram considerados, muitas vezes, a única destinação, ela se dispôs a refletir e criticar as con-

dições de submissão e o desapontamento com a falta de articulação das brasileiras em prol de um maior espaço, o que ela considerava um direito legítimo. No artigo “Feminismo”, publicado em 1932, Lydia Besouchet abordava as ações do Governo para permitir o voto e constatava, com tristeza e espanto, a apatia com a qual a novidade foi recebida pelas mulheres, acostumadas a se perceberem inferiorizadas e à sombra de seus pais e maridos.

Para ela, o direito ao voto “correspondia a uma necessidade consciente, exigido por quem tem o direito de exigir”, porém no Brasil, o que ocorria, era um caso surpreendente, no qual as resoluções vinham de cima para baixo, seguindo as motivações internacionais, e não por pressões daquelas que deveriam reivindicar. Besouchet expunha a sua visão sobre o fato: “Votar! A mulher brasileira vive ainda na pior das escravidões: aquela que desconhece a sua qualidade de escrava”.

Lívia Rangel destaca que é fundamental refletir as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas pioneiras na busca por direitos, sendo o voto um instrumento de caráter vital nos projetos de emancipação. “A formação embrionária de uma consciência que passava a detectar na questão do voto o reflexo das divisões e das desigualdades de gênero. Se essa consciência não alcançou plenitude, ao menos contribuiu para que algumas mulheres comessem a enxergar na participação política feminina algo mais do que o simples ato de votar. Uma vez investidas de tal direito, confabulavam que poderiam começar a influir na elaboração das leis, tornando-as mais adequadas as suas aspirações” afirma.